



Adidância Agrícola em Riade

Departamento de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários - DTSF

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI

2022

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

RELATÓRIO AGRONEGÓCIO ARÁBIA SAUDITA

Missão do MAPA: Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira.

Brasília MAPA 2022

© 2022 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

1ª edição. Ano 2022

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

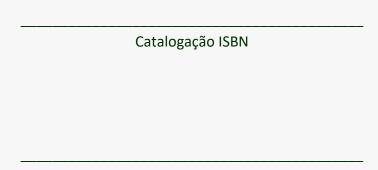
Departamento de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 3º andar, Sala 344

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel.: (61) 3218-2731

e-mail: dtsf.scri@agro.gov.br



SUMÁRIO

1.	I	NTRODUÇÃO	7
	a) A	presentação e objetivos	7
	b) Ir	nformações gerais do país	8
2.	1	AGRONEGÓCIO SAUDITA	10
	a)	Características gerais	10
	b)	Estrutura de controles oficiais	15
		1. Autoridade: MINISTRY OF ENVIRONMENT, WATER AND AGRICULTURE (MEWA)	15
		1.1. Gabinete do Ministro	15
		1.2. Departamento Geral de Cooperação Internacional	16
		1.3. Subsecretaria de Recursos Pecuários	17
		1.4. Subsecretaria de Agricultura, Pescas, Desenvolvimento e Serviços Agrícolas	18
		1.5. Subsecretaria de Recursos Hídricos	19
		1.6. Subsecretaria de Serviços de Água	19
		1.7. Subsecretaria de Meio Ambiente	19
		1.8. Subsecretaria de Economia e Investimentos	20
		1.9. Subsecretaria de Planejamento	20
		1.10. Subsecretaria de Terras	20
		2. Autoridade: SAUDI FOOD AND DRUG AUTHORITY (SFDA)	21
		2.1. Presidência Executiva da SFDA	21
		2.2. Setor de Operações	23
		2.3. Setor de Alimentos	23
		2.4. Escritórios da SFDA nos portos	24
		3. Autoridade: SAUDI AGRICULTURAL AND LIVESTOCK INVESTMENT COMPANY (SALIC)	24
		4. Autoridade: SAUDI AGRICULTURAL DEVELOPMENT FUND (ADF)	25
		5. Autoridade: SAUDI STANDARDS, METROLOGY AND QUALITY ORGANIZATION (SASO)	
		6. Autoridade: MINISTRY OF INVESTMENT OF SAUDI ARABIA (MISA)	26
		7. Autoridade: SAUDI GRAINS ORGANIZATION (SAGO)	26
		8. Autoridade: SAUDI CUSTOMS	
		9. Autoridade: MINISTRY OF MUNICIPALITY AND RURAL AFFAIRS (MOMRA)	27
	c)	Base normativa	
	1	DIRETRIZES GERAIS PARA IMPORTAÇÃO (SPS / TBT)	
		Lei Geral de Alimentos da Arábia Saudita	
		Saudi Food Act - 2017 (em árabe)	
		Saudi Feed Act - 2014 (em árabe)	
		GCC Pesticides Law - 2006	
		GCC Agricultural Quarantine Law - 2003 (em árabe)	
		GCC Veterinary Quarantine Law - 2003 (em árabe)	
		National Action Plan on Combating Antimicrobial Resistance - 2017	
		Diretriz "Termos e Requisitos para Liberação de Alimentos Importados"	
		Guia SFDA	
		Diretriz SFDA	29

ARÁBIA SAUDITA - Relatório Agronegócio DTSF/SCRI - MAPA e Adidância Agrícola em Riade

Nº 1 - Maio/2022

Circular SFDA	29
Diretriz SFDA	29
Circular SFDA	
Listas de países exportadores aprovados e de estabelecimentos habilitados	
Decisões de proibição ou retirada da proibição de importação de produtos alimentícios	
Listas de organismos de avaliação da conformidade e de laboratórios privados acreditados	
Halal Center	30
2. REGULAMENTOS E NORMAS GSO E SFDA	30
GSO CAC:GL 20 - 2007	30
GSO Codex Stan 193 - 2008	30
SFDA.FD 382 - 2019	30
GSO 2481 - 2015	30
GSO 993 - 1998	31
GSO 1016 - 2015	31
GSO 2500 - 2015	
GSO 1694 - 2005	
GSO 123 - 1990	31
GSO 21 - 1984	31
GSO 815 - 1997	
GSO 713 - 1997	31
GSO 150-1 - 2021	32
GSO 839 - 1997	
SASO M.A-156-16-03-03 - 2016	32
SFDA.FD 2233 - 2018	32
SFDA.FD 2333 - 2020	32
GSO 9 - 2013	32
Circular n° 2849/A de 16/09/2020	32
SFDA.FD 2481 - 2019	33
SFDA.FD/GSO 2055-1	
3. ANIMAIS VIVOS E MATERIAL GENÉTICO - REQUISITOS MEWA	33
Importação de animais de companhia	
Importação de aves vivas	
Importação de roedores e coelhos	33
Importação de bovinos, ovinos, caprinos e equídeos vivos	33
4. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE OFICIAL	34
GCC Guide for Control on Imported Foods - 2017	34
SFDA Terms and Requirements for Food Products Imports - 2018	34
Modelos de certificado sanitário da SFDA - 2018	34
SFDA Process for approving foreign competent control authorities and establishments interest	ed in
exporting meat and poultry meat and their products to KSA	34
SFDA Guidelines for Inspectors Auditing Competent Authorities and Foreign Establishment	34
SFDA Products Classification Guidance - 2020	
SFDA Process for imposing/lifting a temporary ban related to the import of meat and poultry n	neat and
their products into KSA	35
Health Conditions in Food Establishments and their Personnel inspection form	25

ARÁBIA SAUDITA - Relatório Agronegócio DTSF/SCRI - MAPA e Adidância Agrícola em Riade

5. MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS	35
Guideline on Pharmacovigilance for Veterinary Products	
GCC Guideline on the specifications for provision of an electronic submission for a ver-	terinary
medicinal product	35
Data Requirements for Veterinary Medicinal Products	35
Guidance for Presenting the SPC, Package Leaflet and Labeling Information for Veteri	nary Products_35
Guidance for submission	35
Regulatory Framework for Drugs Approval	
Registration According to Verification and Abridged	36
6. BIOTECNOLOGIA	36
GSO 2141 - 2011 - General Requirements For G.M. Unprocessed Agricultural Products	s36
GSO 2142 - 2011 - General Requirements For G.M. Processed Food And Feed	36
7. BEM ESTAR ANIMAL	37
GCC Animal Welfare Act - 2016	37
8. INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS	37
GCC Trademark Law - 2006, revisada em 2014	37
9. ORGÂNICOS	37
Standards & Controls of Organic Farming Activity in Kingdom of Saudi Arabia - 2012_	
Organic Agriculture Law - 2014	37
GSO 2374 - 2014 - Guidelines For The Production, Processing, Labelling And Marketin	g Of Organically
Produced Foods	37
10. ORDENAMENTO DE PESCA - RESPONSABILIDADE DO MEWA	38
Saudi Arabian Code for Responsible Aquaculture Practices - 2017	38
MEWA National Aquaculture Policies and Practices - 2018	38
National Biosecurity Manual for Shrimp - 2018	38
11. MEIO AMBIENTE	38
Intended Nationally Determined Contribution of the Kingdom of Saudi Arabia under t	:he UNFCCC -
2015	38
ACORDOS DE COOPERAÇÃO E COMÉRCIO NA ARÁBIA SAUDITA	39
1. Acordos de comércio	
2. Acordos de cooperação e memorandos de entendimento (MoU)	
RECEPÊNCIAS RIRLIOGRÁFICAS	43

1. Introdução

a) Apresentação e objetivos

O presente relatório foi produzido pelo Departamento de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - DTSF/SCRI/MAPA, em conjunto com a Adidância Agrícola em Riade, capital da Arábia Saudita.

Através do levantamento de informações referentes ao agronegócio daquele país, o documento visa promover e melhorar o conhecimento de sua realidade, desde a estruturação de seus serviços de controle, passando pelos embasamentos legais adotados, acordos comerciais em vigor, até as informações de prospecções e negociações de relevância para o país frente às relações comerciais do agronegócio entre Brasil e Arábia Saudita.

Desta forma, por meio da atualização constante do relatório pela adidância em atividade no posto, objetiva-se ainda com o documento, a manutenção de um banco de dados permanente em relação ao país árabe, permitindo rapidez e facilidade em consultas de informações necessárias às diversas tratativas e negociações.

	QUADRO DE ATUALIZAÇÕES											
versão	data	responsável										
Nº 1	Maio/2022	Marcel Moreira Pinto										

b) Informações gerais do país

A Arábia Saudita, oficialmente Reino da Arábia Saudita, é, por tamanho de território, o maior país árabe na Ásia e na Península Arábica (cerca de 2.150.000 Km²), constituindo a maior parte da Península Arábica, e o segundo maior país árabe do mundo (após a Argélia). Tem fronteiras com Jordânia e Iraque ao norte; Kuwait ao nordeste; Qatar, Bahrein e Emirados Árabes Unidos a leste; Omã ao sudeste; lêmen ao sul; Mar Vermelho ao oeste e com o Golfo Pérsico a leste. Sua população é estimada em 16 milhões de cidadãos nativos, 9 milhões de expatriados estrangeiros e 2 milhões de imigrantes ilegais registrados. Suas principais cidades são: Riade, a capital; Jidá, principal porto e antiga capital; e Meca e Medina, cidades sagradas do islamismo.



copulosa Língua oficial Religião oficial Governo Rei Príncipe Herdeiro Formação Declaração da ndependência Reconhecimento Unificação Total	Riade						
	24°39'N 46°46'E						
Cidade mais populosa	Riade						
Língua oficial	Árabe						
Religião oficial	Islamismo						
Governo	Monarquia absoluta islâmica uaabita						
- Rei	Salman bin Abdul Aziz Al-Saud						
- Príncipe Herdeiro	Mohammad bin Salman						
Formação							
- Declaração da independência	8 de janeiro de 1926						
- Reconhecimento	20 de maio de 1927						
- Unificação	23 de setembro de 1932						
Área							
- Total	2 149 690 km² (13.°)						
- Água (%)	Negligenciável						

Seu sistema político é baseado em uma monarquia absoluta teocrática, embora, de acordo com a Lei Básica da Arábia Saudita adotada por decreto real em 1992, o rei deve estar de acordo com a *Sharia* (isto é, a lei islâmica) e o Alcorão. O Alcorão e a *Sunnah* (as tradições de Maomé) são declarados como a constituição, e nenhuma constituição moderna já foi escrita para o país. A Arábia Saudita é o único país árabe onde nunca houve eleições nacionais, desde a sua criação. Partidos políticos ou eleições nacionais são proibidas e, de acordo com Índice de Democracia de 2010 feito *The Economist*, o governo saudita era o sétimo regime mais autoritário do mundo, entre os 167 países avaliados na pesquisa.

Com a segunda maior reserva de petróleo e a sexta maior reserva de gás natural do mundo, a Arábia Saudita é classificada como uma economia de alta renda pelo Banco Mundial e possui o 19º maior PIB do mundo. Por ser o maior exportador mundial de petróleo, o país garantiu sua posição como um dos mais poderosos do mundo, além de também ser classificado como uma potência regional e de manter sua hegemonia regional na Península Arábica. O país é membro do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo Pérsico, da Organização da Conferência Islâmica, do G20 e da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A economia saudita é amplamente apoiada por sua indústria de petróleo, que responde por mais de 95% das exportações e 70% das receitas do governo, embora a parte da economia que não depende do setor petrolífero tenha crescido nos últimos tempos.

A geografia da Arábia Saudita é dominada pelo Deserto da Arábia e por algumas áreas semidesérticas. Trata-se, na verdade, de uma série de desertos conectados e inclui 647.500 km² do Rub' al-Khali (o chamado "Quarteirão Vazio") na parte sul do país, a maior área de deserto de areia contíguo do mundo. Praticamente não há rios ou lagos, o país sofre com a escassez de água e para suprir essa necessidade realiza a dessalinização da água. A capital Riade é abastecida com água transportada por 370 km do Golfo da Arábia para então ser dessalinizada. Portanto, assim como em outros países do Oriente Médio, a agricultura é feita principalmente através do sistema de pivô central de irrigação, onde se capta a água subterrânea dos lençóis freáticos que ficam abaixo do deserto. Isso explica a presença de plantações circulares em regiões completamente inóspitas do deserto da Arábia Saudita. Cerca de 85% da água disponível na Arábia Saudita é utilizada na agricultura. Desta forma, a Arábia Saudita é dependente de importações para satisfazer 70% das suas necessidades alimentares.

2. Agronegócio saudita

a) Características gerais

O Reino da Arábia Saudita foi, em 2019, o 9º principal destino das exportações do agronegócio do Brasil, com US\$ 1,77 bilhão exportados (1,83% do total). Os principais produtos agrícolas brasileiros exportados para o Reino foram: carne de frango, com US\$ 795 milhões exportados (45%); açúcar, US\$ 402 milhões (22,7%); complexo soja, US\$ 155 milhões (8,8%); carne bovina, US\$ 144 milhões (8,1%), milho em grãos, US\$ 112 milhões (6,4%) e produtos florestais, US\$ 92 milhões (5,2%).

Exportações do agr	onegócio do Bras	il para a Arábia Sa	audita - 2019	
Setor(es)	Valor (US\$)	Peso (Kg)	% (valor)	% acumulado
CARNE DE FRANGO	795.139.488	472.933.620	45	45
AÇÚCAR	402.245.965	1.482.595.112	22,7	67,7
COMPLEXO SOJA	155.666.776	444.095.296	8,8	76,5
CARNE BOVINA	144.071.309	42.566.608	8,1	84,6
MILHO	112.485.693	642.021.989	6,4	91
PRODUTOS FLORESTAIS	92.335.566	172.637.621	5,2	96,2
CAFÉ	21.156.146	5.595.722	1,2	97,4
OVOS FÉRTEIS	8.817.118	2.554.015	0,5	97,9
ANIMAIS VIVOS (EXCETO PESCADOS)	6.717.519	3.599.673	0,4	98,3
ARROZ	5.932.917	11.590.890	0,3	98,6
SUCOS	3.633.339	1.798.792	0,2	98,8
PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)	3.401.837	2.745.037	0,2	99
CARNE DE PATO	2.908.055	1.016.707	0,2	99,2
CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	2.756.719	1.283.599	0,2	99,3
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	2.416.756	3.519.266	0,1	99,5
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	1.902.352	602.699	0,1	99,6
COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	1.564.983	252.138	0,1	99,7
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	1.084.505	1.124.356	0,1	99,7
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	947.804	204.010	0,1	99,8
RAÇÕES PARA ANIMAIS	833.825	759.053	0	99,8
DEMAIS CARNES, MIUDEZAS E PREPARAÇÕES	637.510	670.283	0	99,9
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	624.300	179.759	0	99,9
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	434.213	519.047	0	99,9
FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	271.764	49.691	0	100
Total	1.768.791.538	3.295.324.668	100	

Fonte: Agrostat, 2020

Dados do ITC Trademap (2020) indicam que o Brasil foi, em 2019, o principal fornecedor de produtos do agronegócio (capítulo 1 a 24 HS) para a Arábia Saudita, com 9% do mercado, seguido de Índia (8,7%), Estados Unidos (7,3%), Emirados Árabes Unidos (6,5%) e Argentina (5,3%).

	Impo	rtações de	produ	tos agrope	cuário	os pela Ara	ábia Sa	udita (201	9). Uni	dade: US\$	x 1.000		
Código	Produto	Mundo	%	Brasil	%	Índia	%	EUA	%	EAU	%	Argentina	%
'10	Cereals	3.218.541	16,22	68.463	2,1	1.040.137	32,3	405.704	12,6	1.644	0.1	580.105	21%
'04	Dairy produce; birds' eggs; natural honey; edible products of animal origin, not elsewhere	1.883.097	9,49	12.534	0,7	16.769	0,9	67.486	3,6	226.306	12	13.661	1%
'02	Meat and edible meat offal	1.843.436	9,29	1.090.170	59,1	123.600	6,7	16.898	0,9	56.620	3,1	24.597	1%
'08	Edible fruit and nuts; peel of citrus fruit or melons	1.576.919	7,95	2.477	0,2	141.456	9	221.178	14	2.316	0,1	4.578	0%
'19	Preparations of cereals, flour, starch or milk; pastrycooks' products	1.409.051	7,1	381	0	12.395	0,9	55.941	4	162.201	11,5	1.059	0%
'21	Miscellaneous edible preparations	1.327.606	6,69	38.476	2,9	13.892	1	131.945	9,9	148.829	11,2	97	0%
'15	Animal or vegetable fats and oils and their cleavage products; prepared edible fats; animal	889.855	4,49	612	0,1	9.072	1	62.356	7	77.530	8,7	137	0%
'20	Preparations of vegetables, fruit, nuts or other parts of plants	878.195	4,43	23.737	2,7	42.131	4,8	89.939	10,2	57.341	6,5	4.296	0%
'09	Coffee, tea, mate and spices	857.406	4,32	10.758	1,3	83.392	9,7	27.896	3,3	125.373	14,6	329	0%
'12	Oil seeds and oleaginous fruits; miscellaneous grains, seeds and fruit; industrial or medicinal	797.817	4,02	136.725	17,1	12.791	1,6	381.624	47,8	6.634	0,8	67.522	7%
'17	Sugars and sugar confectionery	793.259	4	365.947	46,1	29.309	3,7	10.988	1,4	43.679	5,5	148	0%
'23	Residues and waste from the food industries; prepared animal fodder	745.255	3,76	73.440	9,9	56.942	7,6	71.092	9,5	14.797	2	357.625	52%
'01	Live animals	660.929	3,33	5	0	0	0	1.486	0,2	10.270	1,6	-	0%
'07	Edible vegetables and certain roots and tubers	611.617	3,08	140	0	45.620	7,5	19.052	3,1	49.245	8,1	2.427	0%
'18	Cocoa and cocoa preparations	540.416	2,72	50	0	23.770	4,4	21.015	3,9	108.196	20	720	0%
'24	Tobacco and manufactured tobacco substitutes	459.269	2,32	0	0	10.636	2,3	8	0	11.411	2,5	-	0%
'16	Preparations of meat, of fish or of crustaceans, molluscs or other aquatic invertebrates	407.382	2,05	7.488	1,8	1.079	0,3	478	0,1	92.365	22,7	5	0%
'03	Fish and crustaceans, molluscs and	407.033	2,05	0	0	14.307	3,5	897	0,2	105.273	25,9	167	0%

										1			
	other aquatic												
	invertebrates												
'11	Products of the milling industry; malt; starches; inulin; wheat gluten	206.545	1,04	29	0	8.884	4,3	2.041	1	29.690	14,4	291	0%
'22	Beverages, spirits and vinegar	179.388	0,9	71	0	57	0	45.339	25,3	8.651	4,8	24	0%
'06	Live trees and other plants; bulbs, roots and the like; cut flowers and ornamental foliage	83.173	0,42	0	0	1.300	1,6	752	0,9	2.346	2,8	-	0%
'13	Lac; gums, resins, and other vegetable saps and extracts	44.965	0,23	405	0,9	5.969	13,3	4.943	11	341	0,8	-	0%
'14	Vegetable plaiting materials; vegetable products not elsewhere specified or included	11.507	0,06	0	0	3.882	33,7	2.855	24,8	0	0	-	0%
'05	Products of animal origin, not elsewhere specified or included	6.171	0,03	41	0,7	21	0,3	5.216	84,5	0	0	-	0%
	Total	20.126.353	100	1.811.532	9	1.754.759	8,7	1.469.382	7,3	1.310.377	6,5	1.057.788	5,3

Fonte: ITC Trademap, 2020

O Brasil figurou como o principal fornecedor externo de produtos cárneos (capítulo 02) para a Arábia Saudita, sendo responsável por 56% das importações desses produtos pelo Reino em 2019 (ITC Trademap, 2020). Cabe ressaltar que, no mesmo ano, a Arábia Saudita foi o segundo principal destino da carne de frango brasileira no mundo, depois de China.

Apesar de não ser um grande produtor agrícola, a Arábia Saudita exporta tâmaras, produtos lácteos, ovos, peixes e legumes. Os destinos são principalmente países da região e praticamente nada é exportado para o Brasil, o que torna a balança comercial agrícola com a Arábia Saudita extremamente favorável para o lado brasileiro. As importações brasileiras de produtos sauditas são principalmente concentradas em combustíveis (óleo bruto de petróleo e querosene de aviação). Vinculado ao setor agropecuário, o Brasil importa fertilizantes da Arábia Saudita (US\$ 373,628 milhões em 2019 - ITC Trademap, 2020).

O estabelecimento da Adidância Agrícola na Arábia Saudita está relacionado aos números de exportação do agronegócio brasileiro acima descritos, mas também à posição de influência desempenhada pelo Reino na união aduaneira Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG), que fazem parte o Bahrein, Kuwait, Omã, Qatar e Emirados Árabes Unidos. Em 2015, o Mercosul chegou a iniciar a negociação de um acordo de livre comércio com o bloco, mas devido a sensibilidades por parte do Brasil, sobretudo na área petroquímica, a conclusão

do acordo não se concretizou. De maneira geral, a Arábia Saudita possui tarifas agrícolas baixas, assim, sob o ponto de vista tarifário, um acordo comercial teria efeito limitado em melhorar o acesso dos produtos agrícolas brasileiros.

As mais importantes contrapartes do MAPA no governo Saudita, interlocutores mais frequentes da adidância em Riade, são o Ministério de Meio Ambiente, Água e Agricultura (MEWA) e a Saudi Food and Drug Authority (SFDA). O MEWA é o órgão responsável pela regulamentação e implementação de políticas nos setores ambiental, hídrico e agrícola, com foco em segurança alimentar e preservação da água. Tendo em conta a escassez de recursos hídricos, o MEWA proibiu, em 2017, a produção de grãos e forragem para alimentação animal e o país deve deixar de produzir trigo e outros itens agrícolas no futuro próximo. A estratégia local é preservar os parcos recursos hídricos para consumo humano e importar alimentos e rações do exterior, visando a segurança alimentar da população. A SFDA, por sua vez, é a contraparte técnica do MAPA e tem o objetivo de garantir a sanidade e qualidade dos alimentos para consumo humano e animal, sendo responsável pela regulação da importação e exportação e pela inspeção de produtos agropecuários. A SFDA lida com as questões sanitárias e fitossanitárias, negociações de certificados, habilitação de estabelecimentos e aplicação de normas e padrões relacionados à alimentos.

Outro aspecto importante é o potencial de investimentos da Arábia Saudita em projetos relacionados ao agronegócio. Os investimentos em projetos no exterior estão inseridos no Plano Visão 2030, uma estratégia de longo prazo lançada em 2016 pelo governo saudita, que visa modernizar a economia do país e diversificá-la para além da indústria petrolífera. A segurança alimentar tem importância especial, uma vez que a Arábia Saudita tem pouca água e não produz alimentos suficientes para abastecer sua população. Estima-se que, atualmente, o país importe 80% dos alimentos que consome, número que deve aumentar no futuro próximo. Assim, os interesses crescentes em importar produtos agropecuários e investir em projetos relacionados ao setor no exterior demonstram a importância de se estabelecer um vínculo próximo com a Arábia Saudita, dadas as complementaridades com o Brasil.

Por outro lado, no setor avícola, a Arábia Saudita estabeleceu o objetivo de atingir 60% de autossuficiência na produção de frangos até 2020, frente aos 42% registrados em 2016. Essa meta, que está inserida no Programa Nacional de Transformação da Arábia Saudita, tem motivado barreiras ao principal produto exportado pelo Brasil para a Arábia Saudita (carne de frango). As medidas aplicadas muitas vezes extrapolam aspectos técnicos, limitando o campo de ação brasileiro. Contudo, diversas ações foram desempenhadas pelo MAPA, Embaixada e Adidância Agrícola visando manter este mercado tão importante para o agronegócio brasileiro.

Do ponto de vista de investimentos, o principal interlocutor na Arábia Saudita é a Saudi Agricultural and Livestock Investment (SALIC), vinculada ao fundo soberano da Arábia Saudita (PIF), que investe em projetos agropecuários no exterior, com garantias de abastecimento visando a segurança alimentar da população. A SALIC, que é acionista majoritária, com 33% das ações, do Grupo Minerva (um dos maiores exportadores de carne bovina do Brasil), já manifestou o interesse em investir nos setores avícola e de grãos (milho e soja) e na aquisição de terras no Brasil. Outros produtos considerados prioritários para investimento no exterior pela SALIC são: trigo, cevada, arroz, açúcar, óleo vegetal e forragens.

Do ponto de vista de investimentos estrangeiros na Arábia Saudita, o Fundo de Desenvolvimento Agrícola da Arábia Saudita (ADF), também vinculado ao PIF, financia as atividades agrícolas no país através de empréstimos. Além disso, o Ministério do Investimento da Arábia Saudita (MISA), criado em 2020 (antes era a Autoridade Geral de Investimentos da Arábia Saudita - SAGIA), busca atrair investimentos alinhados ao Plano Visão 2030 e faz parceria com empresas locais e internacionais para facilitar o investimento no Reino. Na ocasião da visita do presidente Jair Bolsonaro à Riade, o MISA (SAGIA) assinou um memorando de entendimento com uma empresa brasileira para a construção de uma fábrica de processamento de produtos cárneos na Arábia Saudita. A previsão de investimento é de US\$ 120 milhões na construção da fábrica. A mesma empresa brasileira anunciou, em 07/05/2020, a aquisição de uma planta de processamento de produtos cárneos em Damman, localizada na província oriental da Arábia Saudita, por US\$ 8 milhões. O portfólio da planta inclui cortes empanados, marinados e hambúrgueres. A empresa brasileira planeja investir US\$ 7,2 milhões adicionais para expandir a capacidade atual da planta de 3.600 ton/ano para 18.000 ton/ano.

b) Estrutura de controles oficiais

1. AUTORIDADE: MINISTRY OF ENVIRONMENT, WATER AND AGRICULTURE (MEWA)

Equiparação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) / Ministério de Meio Ambiente (MMA)

ONPF da Arábia Saudita

O MEWA tem o objetivo de assegurar a segurança alimentar e de recursos hídricos, a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais na Arábia Saudita. Também é responsável por ações de fomento nos setores agropecuário e de pesca, incluindo subsídios agrícolas. O MEWA é responsável pelos programas de saúde dos animais e sanidade dos vegetais no Reino da Arábia Saudita, e pelo estabelecimento de requisitos para a importação de animais vivos e material genético.

1.1. GABINETE DO MINISTRO

- Ministro de Meio Ambiente, Água e Agricultura (MEWA): Abdulrahman Abdulmohsen A. Al-Fadley

(equiparação: Ministro de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento)



Contatos: e-mail: alfadley@mewa.gov.sa / tel.: +966 011 417 2000

Perfil: É bacharel em Engenharia Química pela King Saud University e ocupa o cargo de Ministro desde 15 de janeiro de 2015. Trabalhou por 13 anos no setor de indústrias de petróleo e 20 anos na empresa Almarai, onde foi CEO entre 2000 a 2015, que atua nos setores avícola, sucos e produtos lácteos.

Além de Ministro, Al-Fadley é Presidente da Organização de Grãos da Arábia Saudita (SAGO), da Autoridade de Irrigação e Drenagem, do Fundo de Desenvolvimento Agrícola, da Autoridade Geral de Meteorologia e Proteção Ambiental, da Saudi Wildlife Autoridade, da Saline Water Conversion Corporation, da Companhia Nacional de Água e da Companhia Saudita de Investimento Agropecuários (SALIC).

- Vice-Ministro:

Mansour H. Almushaiti

(equiparação: Secretário Executivo do MAPA)



Contato: almushaiti@mewa.gov.sa

- Assessor do Ministro: Dr. Mohamed I. Alsaud

Contato: alsaud@mewa.gov.sa

1.2. DEPARTAMENTO GERAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

(equiparação: SCRI/MAPA)
Contato: frel@mewa.gov.sa

- Diretor Geral de Cooperação Internacional:

Eng. Abdulaziz A. AlHowaish

(equiparação: Secretário de Comércio e Relações Internacionais)

Contato: howaish@mewa.gov.sa

- Diretor de Relações Internacionais:

Naif Ghazi Alshammari

Contato: naifghazi@mewa.gov.sa

- Oficial de Relações Internacionais:

Baha K. Helmy

Contato: baha@mewa.gov.sa

1.3. SUBSECRETARIA DE RECURSOS PECUÁRIOS

(equiparação: SDA/MAPA - DSA/MAPA)

- Vice-Ministro de Recursos Pecuários:

Dr. Hamad A. AlBatshan

(equiparação: Secretário da SDA/MAPA)



Contato: albatshan@mewa.gov.sa

- Diretor Geral de Avaliação de Risco Pecuário: (Delegado OIE e ponto focal para requisitos sanitários) Sanad AlHarbi

(equiparação: DSA/MAPA)

Contato: oie.delegate@mewa.gov.sa / sanad@mewa.gov.sa

- Diretor Geral do Departamento de Quarentena animal e vegetal:

Osama Al-Saleh

Contato: tel.: 966-11-417-2000 / fax: 966-11-401-1323

Estão vinculados à Subsecretaria de Recursos Pecuários: Departamento Geral de Saúde Animal (equiparação: DSA) e Departamento Geral de Laboratórios (equiparação: CGAL).

1.4. Subsecretaria de Agricultura, Pescas, Desenvolvimento e Serviços Agrícolas

(equiparação: SDA, SAP, SAF e SDI/MAPA)

Vice-Ministro de Agricultura: Ahmed Saleh A. Alkhamshi

(equiparação: Secretários da SAP, SAF, SDI/MAPA)



Contato: alkhamshi@mewa.gov.sa

Gerente Geral do Departamento de Fitossanidade: (Ponto de contato oficial IPPC e para requisitos fitossanitários) Ayman Saad

Contato: tel.: +966-11-417-2014 / cel. (whatsapp): +966-59-090-9257

Estão vinculados à Subsecretaria de Agricultura, Pescas, Desenvolvimento e Serviços Agrícolas: Departamento de Sanidade Vegetal (equiparação: DSV/MAPA); Departamento Geral de Saúde dos Peixes (equiparação: SAP/MAPA); Departamento de Serviços Agrícolas e Departamento de Desenvolvimento (equiparação: SDI/MAPA).

1.5. SUBSECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS

(equiparação: Agência Nacional de Águas)

Vice-Ministro de Recursos Hídricos:

Dr. Abdulaziz M. AlShaibani



Contato: alshebani@mewa.gov.sa

1.6. SUBSECRETARIA DE SERVIÇOS DE ÁGUA

(equiparação: Agência Nacional de Águas)

Vice-Ministro de Serviços de Água, e CEO da National Water Company: Mohammed A. Mowkley

Contato: mowkley@mewa.gov.sa

1.7. SUBSECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

(equiparação: Ministério do Meio Ambiente)

Vice-Ministro do Meio Ambiente:

Dr. Osama I. Faqeeha

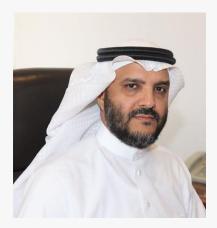


Contato: faqeeha@mewa.gov.sa

1.8. Subsecretaria de Economia e Investimentos

(equiparação: SPA/MAPA e SRI/MAPA)

Vice-Ministro da Economia e Investimentos: Abdulrahman M. AlZughaibi



Contato: alzoghaibi@mewa.gov.sa

1.9. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Vice-Ministro do Planejamento:

Sr. Hassan Y. AlHatem

Contato: alhatem@mewa.gov.sa

1.10. Subsecretaria de Terras

(equiparação: Secretaria Especial de Assuntos Fundiários - SEAF/MAPA)

Vice-Ministro de Terras:

Eng. Saleh Ali Allhedan



Contato: alluhaidan@mewa.gov.sa

2. AUTORIDADE: SAUDI FOOD AND DRUG AUTHORITY (SFDA)

Equiparação: acumula as funções da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA (SDA) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Trata-se da autoridade sanitária da Arábia Saudita, tendo o objetivo de regular, supervisionar e controlar alimentos, medicamentos e equipamentos médicos nacionais e importados, além de definir padrões obrigatórios para estes produtos.

A SFDA mantém lista de estabelecimentos estrangeiros habilitados a exportar produtos de origem animal:

https://www.sfda.gov.sa/en/food/about/administration/mangement_food/Pages/EDOIFC-MeatAndImportingCountries.aspx?v=1&countryId=15

2.1. Presidência Executiva da SFDA

CEO:

Hisham bin Saad Al Jadhey

(equiparação: Secretário da SDA/MAPA e Presidente da ANVISA)



Departamento de Cooperação Internacional: responsável pelo contato com Embaixadas e entidades internacionais.

(equiparação: SCRI/MAPA)

- Diretora de Cooperação Internacional: Ghandourah Shams Ghandourah Contatos: gsghandourah@sfda.gov.sa / icd@sfda.gov.sa / +966 0112038222 ext. 2070
- Chefe de Parcerias e Cooperação Internacional: Mohammed Alarifi Contato: MAArifi@sfda.gov.sa
- Chefe de Pontos de Contato Internacionais Ponto de contato Codex: Sami Alnokhilan Contatos: tel.: +966 112759222 ext. 3347 / Codex.cp@sfda.gov.sa
- Especialista em Relações Internacionais Responsável por Brasil (contatos frequentes): Saif Alali

Contatos: saali@sfda.gov.sa/ +966 545114010/ +966 0112038222 ext. 2148

Centro Halal da SFDA: Criado em 2018, é responsável pelo reconhecimento de certificadoras halal, pela emissão de certificados halal para remessas com destino ao Reino, pela emissão do logotipo SFDA Halal e por serviços de treinamento halal.

A SFDA comunicou, no início de 2020, que todas as certificadoras que emitem certificados halal para produtos deveriam se credenciar junto ao SFDA Halal Center. Em outubro de 2020, em nova comunicação, a SFDA informou que a data limite para o aceite de certificados halal emitidos por certificadoras não reconhecidas pelo Halal Center seria de 1º de novembro de 2020. Assim, as certificadoras halal brasileiras que atuam com o mercado saudita buscaram o registro e atualmente constam 3 certificadoras halal brasileiras reconhecidas pela SFDA (https://api-halal.sfda.gov.sa//uploads/Clients/83ffe06b-aaa3-4575-8876-

8483291be80e.pdf). A solicitação de credenciamento deve ser feita através do e-mail halal@sfda.gov.sa.

Pré-requisitos para que certificadoras halal sejam reconhecidos pelo SFDA Halal Center:

- Reconhecimento (baseado nos padrões GSO) por algum dos Centros de Acreditação:
- Saudi Accreditation Center (SAC) ou;
- Gulf Accreditation Center (GAC) ou
- Centro de acreditação membro do International Halal Accreditation Forum (IHAF).
- Certificação junto à SASO.

Custos da certificação Halal:

Registro: SAR 1.000 (US\$ 266,67)

Certificado de Cooperação: SAR 10.000 (US\$ 2.666,67) (válido por 2 anos).

Certificado por remessa: - Para carne de aves: SAR25,00/ton (US\$ 6,67/ton); - Para carne bovina: SAR 40,00/ton (US\$ 10,67/ton); - Outros produtos alimentícios: SAR 1.000 por certificado (US\$ 266,67).

Obs.: o valor do certificado de remessa será compartilhado: 60% para o SFDA Halal Center e 40% para as certificadoras.

- Diretor do Centro Halal: Yousif Alharbi.

Contato: halal@sfda.gov.sa / cel.: +966 54 122 0000

2.2. SETOR DE OPERAÇÕES

(equiparação: SDA, DIPOA, DIPOV/MAPA)

Responsável por auditorias, habilitação e suspensão de estabelecimentos.

Vice-presidente do Setor de Operações: Sami Saad Alsager



Contato: sssager@sfda.gov.sa / tel.: +966 0112038222 ext. 5800

Food Factory Inspection Sector (FFIS) - ffis@sfda.gov.sa

Diretor Executivo: Mr. Mohammed Bin Ali Dahhas - madahhas@sfda.gov.sa;

Chefe: Saleh Al Shayeb: sashayeb@sfda.gov.sa

2.3. SETOR DE ALIMENTOS

(equiparação: SDA/MAPA)

Responsável pela segurança dos alimentos para o consumo de seres humanos e animais e sua eficácia e segurança dos pesticidas e pelo estabelecimento e aplicação de regulamentos, procedimentos e requisitos relacionados ao controle de alimentos na Arábia Saudita.

Vice-presidente do Setor de Alimentos:

Prof. Saleh Abdullah AlDosari



Contato: sadosari.c@sfda.gov.sa / tel.: +966 0112038222 ext.: 2200

2.4. ESCRITÓRIOS DA SFDA NOS PORTOS

(equiparação: Vigiagro/MAPA)

- Porto de Damman

Diretor Executivo:

Ahmed Alabdulhadi

Tel.: +966 13 809 0037 / +966 50 582 2172 / e-mail: aaabdalhady@sfda.gov.sa

Inspetor: Abdulaziz Alnasser Tel.: +966 11 880 6000 ext.: 4669

- Porto de Jeddah

Inspetor: Khaled Alqatani Tel.: +966 56 925 9428

3. AUTORIDADE: SAUDI AGRICULTURAL AND LIVESTOCK INVESTMENT COMPANY (SALIC)

Vinculada ao Fundo Soberano da Arábia Saudita (PIF), responsável por investimentos na produção agrícola e pecuária em países com vantagem competitiva, visando contribuir para a segurança alimentar do Reino (www.salic.com).

Chairman: Ministro de Meio Ambiente, Água e Agricultura (MEWA) - Abdulrahman Abdulmohsen A. AlFadley

Diretor Executivo: Khalid M. Al-Aboodi

CEO: Eng. Sulaiman Al Rumaih

Assistente do CEO e gerente de escritório: Mohammed S. Alshabaili

Contatos: tel.: +966 11 2681334 / +966 53 555 6031 / mohammed.alshabaili@salic.com (para agendamento de reuniões com a SALIC)

ARÁBIA SAUDITA - Relatório Agronegócio DTSF/SCRI - MAPA e Adidância Agrícola em Riade

Nº 1 - Maio/2022

25

4. AUTORIDADE: SAUDI AGRICULTURAL DEVELOPMENT FUND (ADF)

Instituição de crédito do governo especializada no financiamento de atividades agropecuárias na Arábia Saudita com o objetivo de desenvolver o setor e melhorar a eficiência de produção. Realiza empréstimos para sauditas e estrangeiros com projetos na Arábia Saudita

e realiza investimentos em países estrangeiros (https://adf.gov.sa/en/).

Chairman: Ministro de Meio Ambiente, Água e Agricultura (MEWA) - Abdulrahman

Abdulmohsen A. AlFadley

Diretor Geral: Munir bin Fahad Al-Sahli

Chefe de Investimentos Agrícolas no Exterior: Sattam Almazyad

Contatos: sattam.almezyad@adf.gov.sa / tel.: 00 966 552802803

5. Autoridade: SAUDI STANDARDS, METROLOGY AND QUALITY ORGANIZATION

(SASO)

Equiparação: INMETRO

Vinculada ao Ministério de Comércio e Investimento (MCI) da Arábia Saudita

(www.saso.org.sa) - ponto de contato TBT na Arábia Saudita.

As certificadoras halal tem que estar acreditadas pela SASO para que seus certificados emitidos sejam aceitos na Arábia Saudita. Nota-se que a SFDA apontou a certificação junto à SASO com pré-requisito para reconhecimento pelo SFDA Halal Center. O custo do processo de

registro de acreditação junto à SASO é de SAR 10.000 (US\$ 2.666,67), válido por 3 anos.

Governador: Dr. Saad bin Othman Al-Kasabi

Contatos: tel.: 00 966 114520000 / e-mail: info@saso.org.sa

6. AUTORIDADE: MINISTRY OF INVESTMENT OF SAUDI ARABIA (MISA)

Equiparação: APEX Brasil

Atração de investimentos para a Arábia Saudita (https://misa.gov.sa/en/).

Ministro: Eng. Khalid bin Abdulaziz Al-Falih

Contato: tel.: 00966112035555 / e-mail: InvestorCare@misa.gov.sa / info@sagia.gov.sa

Setor de suporte de investimentos:

InvestorCare@MISA.gov.sa / WhatsApp: +966112035888

- Responsável por atração de investimentos: Sara Al-Hogail

Contato: tel.: 00 966 555442925

7. AUTORIDADE: SAUDI GRAINS ORGANIZATION (SAGO)

Equiparação: CONAB

Responsável pela compra de grãos para manutenção de estoque de reserva para emergências; operação de moinhos de farinha, produção de farinha e fábricas de ração animal (https://www.sago.gov.sa/).

Governador: Eng. Ahmad bin Abdulaziz Al-Fares

Contato: tel.: 8002472220 / https://www.sago.gov.sa/Site/contact.

- Departamento de Registro de Organismos de Avaliação de Conformidade (setor responsável pela acreditação de certificadoras halal).

Diretor: Nawaf H. AlShehri Contato: n.shehri@sago.gov.sa

8. AUTORIDADE: SAUDI CUSTOMS

Equiparação: Receita Federal

Autoridade Alfandegária da Arábia Saudita (https://www.customs.gov.sa/en).

Governador: Ahmed Alhakbani

Contatos: tel.: 1918 966112663777 / e-mail: care@customs.gov.sa

9. AUTORIDADE: MINISTRY OF MUNICIPALITY AND RURAL AFFAIRS (MOMRA)

Equiparação: Secretarias de Agricultura

Responsável por regular e supervisionar as atividades dos municípios relacionadas a: manutenção da aparência e limpeza das cidades; proteção da saúde pública; monitoramento do abastecimento e dos preços de alimentos e bens de consumo; inspeções e controle das condições sanitárias dos frigoríficos, em cooperação com MEWA e SFDA.

Ministro: Majed bin Abdullah Al-Hogail

Contatos:

- Gabinete do Ministro: minister_office@momra.gov.sa
- Relações Públicas: p.r@momra.gov.sa. / tel.: +966 114569999

c) Base normativa

Todos os produtos agrícolas, alimentos, bebidas, rações, animais vivos e material genético, produzidos localmente ou importados, devem cumprir os regulamentos e normas estabelecidos pela Organização de Normalização do GCC (GSO), pela Organização Saudita de Normas, Metrologia e Qualidade (SASO), pela Saudi Food and Drug Authority (SFDA) e pelo Ministério de Meio Ambiente, Água e Agricultura (MEWA). A SFDA é responsável pela regulamentação e fiscalização nos pontos de ingresso de produtos agrícolas e alimentos importados. Animais vivos e material genético importados são de responsabilidade do MEWA.

A GSO emite dois tipos de documentos oficiais relacionados a produtos alimentícios e agrícolas: a) Regulamentos Técnicos, que devem ser aprovados por unanimidade pelos países membros, substituem os padrões nacionais existentes e sua implementação é obrigatória; b) Padrões: adotados por maioria de votos dos estados membros e sua implementação é voluntária. Os regulamentos e padrões GSO são normalmente baseados em regulamentos do *Codex Alimentarius*, mas modificados para atender aspectos religiosos, culturais e climáticos locais. Seguem abaixo os principais regulamentos técnicos, padrões e legislações aplicados pela Arábia Saudita.

1. DIRETRIZES GERAIS PARA IMPORTAÇÃO (SPS / TBT) ------

- LEI GERAL DE ALIMENTOS DA ARÁBIA SAUDITA
- Aprova o sistema de controle de alimentos, na forma do seu anexo.
- SAUDI FOOD ACT 2017 (EM ÁRABE)
- Abrange todos os estágios da cadeia alimentar para garantir a segurança alimentar, a melhoria da qualidade e a proteção da saúde do consumidor, minimizando os riscos relacionados a alimentos.
 - SAUDI FEED ACT 2014 (EM ÁRABE)
- Se aplica a todas as etapas da cadeia de alimentação animal. Seu objetivo é garantir a segurança da alimentação animal e proteger a saúde humana de substâncias nocivas.
 - GCC PESTICIDES LAW 2006
- Regulamenta a produção, comercialização e importação de pesticidas pelos países do CCG.

GCC AGRICULTURAL QUARANTINE LAW - 2003 (EM ÁRABE)

- Tem o objetivo de impedir a introdução de doenças agrícolas na Arábia Saudita, proteger o meio ambiente e os recursos vegetais e promover o comércio.

GCC VETERINARY QUARANTINE LAW - 2003 (EM ÁRABE)

- Regulamenta a quarentena animal nos países do CCG.

National Action Plan on Combating Antimicrobial Resistance - 2017

- Plano de ação da Arábia Saudita de combate à resistência antimicrobiana.

DIRETRIZ "TERMOS E REQUISITOS PARA LIBERAÇÃO DE ALIMENTOS IMPORTADOS"

- Estabelece os requisitos e regulamentos da SFDA aplicáveis à liberação de importação de produtos alimentícios nos pontos de ingresso da Arábia Saudita, bem como os procedimentos a serem seguidos pelas partes interessadas para facilitar e agilizar a internalização e diminuir os riscos de rejeição das mercadorias.

GUIA SFDA

- Procedimentos para emissão de licenças de importação (aplicáveis para carne de aves e seus produtos, ovos e seus produtos e pescados).

DIRETRIZ SFDA

- Processo de aprovação de autoridades e estabelecimentos de controle competentes estrangeiros interessados em exportar produtos alimentícios de origem animal para o Reino da Arábia Saudita.

CIRCULAR SFDA

- Requisitos para importação de produtos cárneos.

DIRETRIZ SFDA

- Condições e requisitos para importação de alimentos para o Reino da Arábia Saudita.

CIRCULAR SEDA

- Requisitos técnicos aplicáveis a carcaças e partes de carcaça de carnes resfriadas importadas (carnes de bovinos, ovinos, caprinos, búfalo e camelo).

LISTAS DE PAÍSES EXPORTADORES APROVADOS E DE ESTABELECIMENTOS HABILITADOS:

- Disponíveis em: https://www.sfda.gov.sa/en/list_countries.

DECISÕES DE PROIBIÇÃO OU RETIRADA DA PROIBIÇÃO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS:

- Disponíveis em: https://www.sfda.gov.sa/ar/decisions.

LISTAS DE ORGANISMOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DE LABORATÓRIOS PRIVADOS ACREDITADOS:

- Disponíveis em: https://sfda.gov.sa/ar/oper/RegistrationAndLicencing/ Pages/VerificationComplianceOfficesPrivateLaboratories.aspx.

HALAL CENTER:

- Disponível em https://halal.sfda.gov.sa.

2. REGULAMENTOS E NORMAS GSO E SFDA ------

https://www.gso.org.sa/store/

GSO CAC:GL 20 - 2007

- Principles for food import and export inspection and certification: estabelece os princípios para inspeção e certificação de importação e exportação de alimentos.

GSO CODEX STAN 193 - 2008

- General standard for contaminants & toxins in food: estabelece os níveis máximos de contaminantes e toxinas em alimentos.

⊌ SFDA.FD 382 - 2019

- Maximum permissible limits for pesticides in agricultural and food products: estabelece os limites máximos de resíduos de pesticidas em produtos de origem animal e vegetal.

⊌ GSO 2481 - 2015

- Maximum residues limits (MRLS) of veterinary drugs in food: limites máximos de resíduos para medicamentos veterinários em alimentos e produtos alimentícios de origem animal.

GSO 993 - 1998

- Animal slaughtering requirements according to islamic law: Requisitos gerais de abate de animais de acordo com as regras islâmicas. Inclui a proibição do uso do choque elétrico préabate de ave, por exemplo.

@ GSO 1016 - 2015

- *Microbiological criteria for foodstuffs:* limites microbiológicos para alguns produtos alimentares destinados ao consumo humano e para alguns ingredientes alimentares utilizados na indústria alimentar.

GSO 2500 - 2015

- Additives permitted for use in foodstuffs: regulamenta os aditivos alimentares permitidos para uso em produtos alimentares.

GSO 1694 - 2005

- General principles of food hygiene: estabelece as condições de higiene necessárias para a produção de alimentos seguros e adequados ao consumo.

GSO 123 - 1990

- General requirements for fresh fruits and vegetables: requisitos gerais para frutas e legumes frescos. Os requisitos para cada tipo de frutas ou vegetais são estabelecidos por normas específicas.

GSO 21 - 1984

- Hygienic regulations for food plants and their personnel: requerimentos de higiene exigidos para plantas de alimentos e seu pessoal.

GSO 815 - 1997

- Code of hygienic practice for preparation, transportation, handling and storing of fresh meat: código de práticas de higiene para a preparação, transporte, manuseio e armazenamento de carne fresca.

GSO 713 - 1997

- Hygienic regulations for poultry processing their abattoirs and personnel: requisitos de higiene exigidos dos estabelecimentos de processamento de aves e seu pessoal. Aplica-se a todas as instalações em que as aves são abatidas, processadas, embaladas e manipuladas.

GSO 150-1 - 2021

- Expiration dates for food products - part 1: mandatory expiration dates: referente a data de validade de alimentos.

GSO 839 - 1997

- Food packages - part 1: general requirements: requisitos gerais para todas as embalagens de materiais alimentícios, incluindo metal, vidro, plástico, papel, papelão, têxteis multicamadas e embalagens de madeira, além de outros materiais para embalagem de alimentos.

SASO M.A-156-16-03-03 - 2016

- Technical regulation for degradable plastic products: se aplica a todos os produtos descartáveis produzidos a partir de plásticos de polipropileno e polietileno. Torna obrigatório que todos os materiais de embalagens plásticas - incluindo embalagens utilizadas em alimentos importados - sejam biodegradáveis. Os produtos devem ser registrados na SASO antes de serem utilizados como embalagem.

● SFDA.FD 2233 - 2018

- Requirements of nutritional labeling: requerimentos da SFDA para rotulagem nutricional.

◎ SFDA.FD 2333 - 2020

- Requirements for health and nutrition claims: requerimentos da SFDA para informações nutricionais.

GSO 9 - 2013

- Labeling of prepackaged foodstuffs: requisitos para a rotulagem de todos os alimentos pré-embalados.

U CIRCULAR N° 2849/A DE 16/09/2020

- Technical requirements for chilled meat carcass and carcass' parts: requisitos técnicos aplicáveis a carcaças e partes de carcaça de carnes resfriadas importadas (carnes de bovinos, ovinos, caprinos, búfalo e camelo). Ademais, a SFDA indica os regulamentos técnicos que devem ser seguidos (disponíveis em https://mwasfah.sfda.gov.sa/):
 - SFDA.FD / GSO 323 (General requirements for transportation and storage of chilled and frozen foods).

- SFDA.FD / GSO 815 (Code of Hygienic Practice for Preparation, Transportation, Handling and Storing of Fresh Meat).
- o SFDA.FD / GSO 997 (Beef, Buffalo, Mutton and Goat Meat, Chilled and Frozen).
- o SFDA.FD / GSO 996 (Beef, Buffalo, Mutton and Goat Fresh Meat).
- Regulamento Técnico SFDA.FD 996:2020 (Livestock Meat Chilled and Frozen): substituirá os regulamentos GSO 996/2016 e 997/2016 a partir de 01/06/2021, e se aplica a carne fresca, resfriada e congelada de bovinos, ovinos, caprinos, bubalinos e camelos.
- Condições de importação de carne de países afetados por febre aftosa de acordo com o Código Sanitário de Animais Terrestres da OIE.

SFDA.FD 2481 - 2019

- Maximum Residues Limits (MRLs) of Veterinary Drugs In Food: atualização em nível nacional do regulamento GSO 2481-2015.

- Halal Food - Part 1: General Requirements: requisitos gerais para alimentos halal.

3. ANIMAIS VIVOS E MATERIAL GENÉTICO - REQUISITOS MEWA -----

IMPORTAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA:

- https://www.mewa.gov.sa/en/eServices/Pages/Application-for-Pets-Imports.aspx

IMPORTAÇÃO DE AVES VIVAS:

- https://www.mewa.gov.sa/en/eServices/Pages/Applicationfor-Live-Birds-Imports.aspx

IMPORTAÇÃO DE ROEDORES E COELHOS:

- https://www.mewa.gov.sa/en/eServices/Pages/Application-for-Live-Birds-Imports.aspx

IMPORTAÇÃO DE BOVINOS, OVINOS, CAPRINOS E EQUÍDEOS VIVOS:

- https://www.mewa.gov.sa/en/eServices/Pages/Application-to-Import-Livestock-.aspx Obs.: o Brasil está proibido de exportar equídeos vivos para a Arábia Saudita e não possui acordo zoosanitário para exportar ovinos e caprinos vivos.

4. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE OFICIAL -----

GCC Guide for Control on Imported Foods - 2017

- Princípios e requisitos regulamentares a serem aplicados pelo país exportador e pelos países importadores do CCG na importação de alimentos. Inclui procedimentos de importação, modelos de certificado sanitário e relação de normas e regulamentos GSO por tipo de produto.

SFDA TERMS AND REQUIREMENTS FOR FOOD PRODUCTS IMPORTS - 2018

- Contém as condições, controles e requisitos para a importação de produtos de origem animal e vegetal, procedimentos adotados pela SFDA e critérios para avaliação de autoridades competentes dos países exportadores. Inclui também modelos de certificado sanitário da SFDA.

Modelos de certificado sanitário da SFDA - 2018

- Modelos de certificado sanitário para a importação de carne vermelha (bovina, ovina e caprina), carne de aves, pescados, mel e produtos apícolas, frutas e vegetais processados, ovos de mesa e ovoprodutos e lácteos. Observa-se que os modelos não refletem exatamente o que é negociado bilateralmente pela SFDA com os países exportadores.

SFDA PROCESS FOR APPROVING FOREIGN COMPETENT CONTROL AUTHORITIES AND ESTABLISHMENTS INTERESTED IN EXPORTING MEAT AND POULTRY MEAT AND THEIR PRODUCTS TO KSA

- Processo da SFDA para aprovação de aprovar autoridades sanitárias estrangeiras e estabelecimentos interessados em exportar carne e aves e seus produtos para o Reino da Arábia Saudita.

SFDA GUIDELINES FOR INSPECTORS AUDITING COMPETENT AUTHORITIES AND FOREIGN ESTABLISHMENT

- Estabelece as diretrizes a serem seguidas por inspetores da SFDA que auditam autoridades sanitárias e estabelecimentos estrangeiros.

SFDA PRODUCTS CLASSIFICATION GUIDANCE - 2020

- Lista os produtos e categorias sob responsabilidade da autoridade sanitária saudita, sendo que aqueles relacionados às competências do MAPA estão nos capítulos 2 "Food" e 8 "Animal Feed and Public Health Pesticides".

SFDA Process for imposing/lifting a temporary ban related to the import of meat and poultry meat and their products into KSA

- Procedimentos da SFDA para impor ou retirar suspensão de importação de produtos de origem animal.

HEALTH CONDITIONS IN FOOD ESTABLISHMENTS AND THEIR PERSONNEL INSPECTION FORM

- Questionário padrão da SFDA para habilitação ou auditoria de estabelecimentos estrangeiros que atuam com produtos de origem animal.

5. MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS ------

GUIDELINE ON PHARMACOVIGILANCE FOR VETERINARY PRODUCTS

- Estabelece procedimentos de controle e notificação de segurança de produtos veterinários.

GCC GUIDELINE ON THE SPECIFICATIONS FOR PROVISION OF AN ELECTRONIC SUBMISSION FOR A VETERINARY MEDICINAL PRODUCT

- Procedimentos para solicitar registro eletrônico (e-submission) de medicamentos veterinários.

DATA REQUIREMENTS FOR VETERINARY MEDICINAL PRODUCTS

- Guia para auxiliar requerentes na preparação de solicitações de registro de medicamentos veterinários junto à SFDA.

GUIDANCE FOR PRESENTING THE SPC, PACKAGE LEAFLET AND LABELING INFORMATION FOR VETERINARY PRODUCTS

- Orienta requerentes de registro junto à SFDA acerca das informações necessárias: Resumo das Características do Medicamento (SPC); Folheto informativo; Rotulagem.

GUIDANCE FOR SUBMISSION

- Auxilia os requerentes e a indústria na preparação e envio de solicitações de registro de medicamentos para novas autorizações de comercialização e renovações.

REGULATORY FRAMEWORK FOR DRUGS APPROVAL

- Fornece assistência às partes interessadas sobre como enviar solicitações de registro de vários tipos de medicamentos e os procedimentos para autorização de pedidos.

REGISTRATION ACCORDING TO VERIFICATION AND ABRIDGED

- Procedimento facilitado para registro de medicamentos junto à SFDA para produtos previamente registrados junto à US Food and Drug Administration (FDA), US Department of Agriculture (USDA) e/ou European Medicines Agency (EMA).

6. BIOTECNOLOGIA ------

- GSO 2141 2011 GENERAL REQUIREMENTS FOR G.M. UNPROCESSED AGRICULTURAL PRODUCTS
- Requisitos gerais para produtos agrícolas não processados, obtidos através de técnicas de modificação genética e produtos agrícolas não processados que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados (OGM), se o OGM presente for superior a 1%.
 - GSO 2142 2011 GENERAL REQUIREMENTS FOR G.M. PROCESSED FOOD AND FEED
- Requisitos gerais para alimentos processados e rações animais obtidos através de certas técnicas de modificação genética e alimentos processados que contenham ou sejam produzidos a partir de OGM, se o OGM presente for superior a 1% dos ingredientes (considerados individualmente ou se consistir em de um único ingrediente).

De acordo com estes regulamentos técnicos, caso um produto tenha um ou mais ingredientes vegetais transgênicos e o teor total seja superior a 1%, as frases "geneticamente modificado" ou "produzidos a partir de organismos geneticamente modificados" deverão aparecer de maneira clara no rótulo. A GSO 2141 proíbe a importação de animais, aves, peixes e seus produtos geneticamente modificados.

Os produtos agrícolas biotecnológicos exportados para a Arábia Saudita (e todos os países do CCG) devem ter sido aprovados no país de origem para consumo humano ou animal, ou para uso como plantio de sementes, além de atender a todos os regulamentos e normas relevantes aprovados pela Arábia Saudita e pela GSO. Cada remessa deve ser acompanhada de certificado sanitário oficial emitido pela autoridade governamental competente, afirmando que os ingredientes transgênicos utilizados nos alimentos, grãos ou sementes exportadas são aprovados no país de origem para consumo humano ou animal ou para plantio.

7. BEM ESTAR ANIMAL ------

- GCC ANIMAL WELFARE ACT 2016
- Requisitos de bem-estar animal para os países do CCG.

8. INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS ------

GCC TRADEMARK LAW - 2006, REVISADA EM 2014

A Arábia Saudita não possui lei específica para proteção de indicações geográficas. No entanto, a lei de marcas registradas dos países do CCG (GCC Trademark Law), em seu Artigo 37, oferece aos países membros a opção de proteger indicações geográficas sob marcas coletivas ou de certificação.

9. ORGÂNICOS ------

- Standards & Controls of Organic Farming Activity in Kingdom of Saudi Arabia 2012
- Estabelece as bases para o desenvolvimento sustentável da produção orgânica na Arábia Saudita, garantindo a funcionalidade do mercado, a concorrência leal e a confiabilidade dos consumidores.
 - ORGANIC AGRICULTURE LAW 2014
- Objetiva garantir a integridade da agricultura orgânica na Arábia Saudita e proteger essa atividade contra práticas fraudulentas.
- GSO 2374 2014 GUIDELINES FOR THE PRODUCTION, PROCESSING, LABELLING AND MARKETING OF ORGANICALLY PRODUCED FOODS
- Diretrizes para a produção, processamento, rotulagem e comercialização de alimentos orgânicos.

10. ORDENAMENTO DE PESCA - RESPONSABILIDADE DO MEWA ------

- SAUDI ARABIAN CODE FOR RESPONSIBLE AQUACULTURE PRACTICES 2017
- Visa promover o desenvolvimento responsável e sustentável da indústria de aquicultura saudita, com o objetivo de garantir os altos padrões de segurança de seus produtos, respeitando as considerações ambientais e sociais.
 - MEWA NATIONAL AQUACULTURE POLICIES AND PRACTICES 2018
 - Requisitos do MEWA relacionados a práticas de aquicultura na Arábia Saudita.
 - National Biosecurity Manual for Shrimp 2018
- Procedimentos relacionados a biossegurança e saúde animal aquática na produção aquícola de camarões na Arábia Saudita.

11. MEIO AMBIENTE ------

- Intended Nationally Determined Contribution of the Kingdom of Saudi Arabia under the UNFCCC 2015
- Trata da Contribuição Nacionalmente Determinada apresentada pela Arábia Saudita ao UNFCCC.

3. Acordos de cooperação e comércio na Arábia Saudita

1. Acordos de comércio

Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG):

A Arábia Saudita é um dos Estados-membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG), organização de integração econômica fundada em 25 de maio de 1981, que inclui outros cinco Estados do Golfo Pérsico: Omã, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrein e Kuwait. O objetivo do Conselho é promover a coordenação, integração e interconexão entre os Estados-membros em todos os campos, com ênfase no aprofundamento e fortalecimento das relações, laços e cooperação entre os países e seus cidadãos (GCC, 2020).

Em 1º de janeiro de 2003, os Estados-membros do CCG estabeleceram uma União Aduaneira, com abolição de todas as tarifas alfandegárias e restrições comerciais entre os países membros, além do estabelecimento de Tarifa Externa Comum (TEC) de 5% sobre todas as importações estrangeiras, excluindo as seguintes categorias:

- Animais vivos; carnes frescas e refrigeradas; e peixes
- Legumes e frutas frescas; e cereais
- Medicamentos e suprimentos médicos
- Livros; jornais e revistas
- Navios e aeronaves comerciais

Os EAU, que que atuam como hub de importação, processamento e reexportação de produtos, são importantes fornecedores de produtos alimentícios para Arábia Saudita, isentos de tarifa de importação. Contudo, a matéria prima importada pelos EAU está sujeita às tarifas do CCG.

Acordos CCG vigentes:

Como membro do CCG, a Arábia Saudita faz parte de alguns acordos de livre comércio, mas que não envolvem concorrentes diretos do Brasil no mercado agrícola da Arábia Saudita.

- Acordo de Livre Comércio entre o GCC e Cingapura (GSFTA), que entrou em vigor em setembro de 2013. O acordo de Comércio de Bens do GSFTA permite aos produtos do CCG acesso total isento de tarifas ao mercado de Singapura. O GSFTA também qualifica 99% das

exportações de Cingapura para o GCC livres de tarifas (Saudi Customs, 2013). Nota-se que Singapura não é um importante exportador de produtos agrícolas para o CCG.

- Acordo de Livre Comércio com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), formado por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça, assinado em junho de 2009. O acordo, que entrou em vigor em 1 de julho de 2014, contém concessões sobre produtos agrícolas processados. Os Estados da EFTA, aboliram todas as tarifas alfandegárias de importação de produtos originários do CCG. Os países do GCC eliminaram todas as tarifas de importação de produtos originários dos Estados da EFTA, exceto os previstos no anexo VI do acordo (não incluem produtos agrícolas) (EFTA, 2014). Nota-se que os países do EFTA não são importantes exportadores de produtos agrícolas para o CCG.
- Grande Área de Livre Comércio Árabe (GAFTA), que envolve Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Egito, Iraque, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Palestina, Catar, Sudão, Síria, Tunísia, Emirados Árabes Unidos e lêmen. Assinado em janeiro de 2005. Desde 2005, todas as mercadorias de origem árabe comercializadas entre os estados membros do GAFTA estão isentas de todos os direitos aduaneiros (Union of Arab Chambers, 2020). Dentre os países que fazem parte do GFAT, o Egito é um importante fornecedor de produtos agrícolas para a Arábia Saudita e se beneficia da isenção de tarifas. Contudo, o Egito não compete diretamente com o Brasil no mercado saudita, sendo os principais produtos agrícolas egípcios exportados para a Arábia Saudita: frutas (principalmente laranjas); hortaliças (principalmente cebolas); produtos lácteos e cacau (ITC Trademap, 2020).

Acordos CCG em negociação de relevância para o Brasil:

- **CCG - Mercosul:** em 2003, o Conselho Ministerial do GCC autorizou o início dos diálogos com os países do Mercosul para um acordo de livre comércio. As negociações começaram de fato em 2006, quando ocorreu reunião entre especialistas de ambos os lados. Contudo, as tratativas não avançaram.

Em relação à competidores diretos do Brasil no mercado agrícola saudita, existem tratativas entre CCG e Austrália, CCG e Nova Zelândia, CCG e UE e CCG e Índia, mas nenhuma destas negociações com perspectiva de desfecho próximo.

2. ACORDOS DE COOPERAÇÃO E MEMORANDOS DE ENTENDIMENTO (MOU)

Acordos e MoU's relevantes para o Brasil:

- Brasil e Arábia Saudita assinaram Acordo de Cooperação Técnica em 16 de maio de 2009. O Acordo foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 7.491, de 2 de junho de 2011 (anexo). O texto menciona que as Partes Contratantes deverão estimular a cooperação econômica, comercial, de investimentos, financeira, industrial e técnica entre os dois países e seus nacionais, incluindo pessoas físicas ou jurídicas. Essa cooperação deve abranger, entre outros, o seguinte: a) cooperação em todos os campos econômicos, incluindo projetos industriais, petrolíferos, gasíferos, de mineração, petroquímicos, agrícolas, pecuários, de transportes, turismo e sanitários.

Em seu Artigo 11, o Decreto estabelece que "As Partes Contratantes incentivarão a elaboração de Programas Executivos Comuns de Cooperação em qualquer das áreas abrangidas por este Acordo, assim como a conclusão de acordos em separado para áreas específicas de interesse mútuo, quando assim for necessário."

Trata-se, portanto, de oportunidade para buscar com a Arábia Saudita a realização de programas executivos ou cooperações técnico-sanitárias de interesse brasileiro. Considerando que a SFDA tem solicitado que o MAPA ateste o cumprimento de regulamentos técnicos GSO e os mencione em modelos de CSI e que, por vezes, o exigido pelo lado saudita diverge dos padrões brasileiros (sendo necessário o estabelecimento de padrões privados), um acordo para verificação de equivalência de padrões e regulamentos técnicos alimentares poderia ser algo a ser buscado.

Cabe ressaltar que Austrália e Nova Zelândia, competidores brasileiros no mercado saudita de produtos de origem animal, possuem importantes acordos de cooperação técnica acordados com a Arábia Saudita, que podem trazer benefícios para estes países:

- MoU entre o Ministério de Meio Ambiente, Água e Agricultura da Arábia Saudita (MEWA) e o Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas da Austrália sobre o comércio de animais vivos, assinado em 2005 e atualizado em 2009. Estabelece as condições para o comércio de animais vivos e inclui garantias de que serão seguidos os padrões de bem-estar da Organização Mundial de Saúde Animal.
- MoU entre a Saudi Food and Drug Authority (SFDA) e a Food Standards Australia New Zealand (FSANZ) para cooperação em padrões de segurança alimentar e troca de informações. Assinado em janeiro de 2020.

- Memorando de Cooperação (MoC) entre a SFDA e o Ministério das Indústrias Primárias da Nova Zelândia (MPI) para verificação dos padrões alimentares da Nova Zelândia com os padrões alimentares sauditas. O objetivo do MoC é desenvolver medidas sanitárias para as exportações de alimentos da Nova Zelândia para o Reino, troca de informações técnicas e iniciativas de segurança dos alimentos. Assinado em 17/06/2020.

Outros acordos e MOU's com menor relevância para o Brasil:

- MoU entre o MEWA e o Ministério da Agricultura do Cazaquistão nas áreas de agricultura e pecuária, assinado em 2016.
- **MoU entre o MEWA e sua contraparte da Rússia** para aumentar as exportações de produtos russos para a Arábia Saudita. Assinado na ocasião da visita do presidente Putin à Riade, em outubro de 2019.
- MoU entre o MEWA e o Ministério da Agricultura e Recuperação de Terras do Egito para promover a cooperação nos campos agrícolas, assinado em maio de 2017.
- Acordo de cooperação entre o MEWA e a FAO para fornecer apoio técnico e consultivo para implementar o Programa de Desenvolvimento Agrícola Rural Sustentável do Reino. Assinado em fevereiro de 2019.
- **MoU entre MEWA e a FAO** para o desenvolvimento de uma estrutura de cooperação para 2019-2025 para promover a produção, processamento e comercialização de café árabe, produtos apícolas, frutas, peixe e produtos pecuários. Assinado em fevereiro de 2019.
- MoU entre a SFDA e o Centro de Segurança Alimentar da Irlanda nas áreas: monitoramento de risco alimentar e microbiológico, sequenciamento de genoma, informações biológicas e troca de informações relacionadas a alimentos. Assinado em 4/8/2019.
- MoU entre a SFDA e o Escritório Nacional de Segurança de Produtos Alimentícios do Marrocos, com o objetivo de promover a cooperação entre os dois países em qualidade e segurança de alimentos, pescados, rações e medicamentos veterinários. O MoU também busca padronizar os métodos usados em análises laboratoriais veterinárias e de alimentos, bem como aprimorar a cooperação entre os dois países no campo da proteção do consumidor contra os riscos de doenças ou contaminação por microrganismos.

4. Referências bibliográficas

- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Agrostat, 2020. Disponível em: http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm. Acesso em dezembro/2020.
- ITC. Trademap, 2020. Disponível em: https://www.trademap.org/Index.aspx. Acesso em dezembro/2020.
- MEWA, Ministry of Environment, Water and Agriculture, 2020. Disponível em: https://www.mewa.gov.sa/en/Pages/default.aspx. Acesso em dezembro/2020.
- SFDA. Saudi Food and Drug Authority, 2020. Disponível em: https://sfda.gov.sa/en. Acesso em dezembro/2020.
- SALIC. Saudi Agricultural and Livestock Investment Company, 2020. Disponível em: https://www.salic.com/. Acesso em dezembro/2020.
- ADF. Agricultural Development Fund, 2020. Disponível em: https://adf.gov.sa/en/>. Acesso em dezembro/2020.
- SASO. Saudi Standards, Metrology and Quality Organization, 2020. Disponível em: https://adf.gov.sa/en/. Acesso em dezembro/2020.
- MISA. Ministry of Investment of Saudi Arabia, 2020. Disponível em: https://adf.gov.sa/en/. Acesso em dezembro/2020.
- SAGO. Saudi Grains Organization, 2020. Disponível em: https://adf.gov.sa/en/.
 Acesso em dezembro/2020.
- SAUDI CUSTOMS, 2020. Disponível em: < https://www.customs.gov.sa/>. Acesso em dezembro/2020.
- SAUDI CUSTOMS Tariffs, 2020. Disponível em: < https://www.customs.gov.sa/en/customsTariffSearch>. Acesso em dezembro/2020.
- MOMRA. Ministry of Municipal and Rural Affairs, 2020. Disponível em:
 https://www.momra.gov.sa/ >. Acesso em dezembro/2020.

- GSO. GSO Standards Store, 2020. Disponível em: https://www.gso.org.sa/store/?lang=en/>. Acesso em dezembro/2020.
- SFDA. SFDA Standards Store Mwasfah, 2020. Disponível em: https://mwasfah.sfda.gov.sa/. Acesso em dezembro/2020.
- GCC. Secretariat General of the Gulf Cooperation Council, 2020. Disponível em: https://www.gcc-sg.org/en-us/Pages/default.aspx/. Acesso em dezembro/2020.
- SAUDI CUSTOMS. Free Trade Agreement Between the Cooperation Council for The Arab States of The Gulf and The Republic of Singapore, 2013. Disponível em: https://www.customs.gov.sa/themes/custom/customs/files/agreements/SINGAPORE/en.pdf>. Acesso em dezembro/2020.
- EFTA. Free Trade Agreements, 2014. Disponível em: https://www.efta.int/free-trade/free-trade-agreements/gcc. Acesso em dezembro/2020.
- GAFTA. Free Trade Agreements, 2014. Disponível em: https://www.gafta.com/Free-Trade-Agreements. Acesso em dezembro/2020.
- UNION OF ARAB CHAMBERS. Introducing GAFTA, 2005. Disponível em: http://uac-corg.org/en/interactive/greater-arab-free-trade-area/introducing-gafta. Acesso em dezembro/2020.
- Presidência da República. DECRETO Nº 7.491, DE 2 DE JUNHO DE 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7491.htm.
 Acesso em dezembro/2020.
- Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ar%C3%A1bia_Saudita. Acesso em dezembro/2021.